



ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURA DE CONTENÇÃO – RUA LUIZ GONZAGA MENDONÇA

01 – OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia para serviço de execução de estrutura de contenção para a rua Luiz Gonzaga Mendonça.

02 – QUANTIDADE:

Execução de estrutura de contenção conforme serviços apresentados no orçamento estimativo anexo.

03 - SERVIÇOS:

A obra deverá ser executada seguindo sempre o roteiro descrito no memorial para execução da estrutura de contenção, em conformidade com o orçamento estimativo, cronograma e ocorrerão na seguinte situação:

Execução de estruturas de contenção de taludes em locais de acesso difícil, onde a escavação deverá ser manual.

Os serviços relativos à drenagem e reaterro junto às estruturas de modo que a obra fique perfeitamente acabada.

O sistema de drenagem da estrutura de contenção adotado é a execução de drenagem com colchão drenante e geotextil, conforme o projeto executivo, sendo que, nos casos em que não seja possível a execução de drenagem vertical, deverá ser efetuada a drenagem horizontal ou até mesmo mista.

Em situações onde não for possível execução de sistema de drenagem com colchão drenante e geotextil será implantado, como elemento de drenagem, um geocomposto drenante (*Macdrain* 2l Macaferri ou similar).



Secretaria de Infraestrutura Urbana

Para efeito de drenagem deverão ser posicionados barbacãs em todas as estruturas na proporção aproximada de um tubo de \varnothing 50 mm para cada 5m² de muro. Deverá ser executado na parte posterior um colchão drenante onde será empregado material granular (seixo classificado ou pedra para dreno ou brita 3) antes de execução do reaterro compactado e envelopado com manta geotextil.

Deverá ser executada a drenagem superficial junto ao muro com meio tubo de concreto com \varnothing 30 cm ou drenagem com geocomposto drenante, dependendo da situação específica em que ocorrer na obra, ficando a critério da fiscalização municipal tal definição e a drenagem inferior através de implantação tubo de dreno de concreto com \varnothing 30 cm conduzido até a caixa de inspeção/ligação.

A contratada deverá apresentar orçamento dos serviços com suas respectivas quantidades e composições de custos, sendo que este item faz-se necessário e obrigatório na apresentação da proposta, ou seja, apresentar planilha detalhada com orçamento sintético e analítico.

04 - DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 - PRAZO: o prazo para execução dessa obra é de três (3) meses, respeitando-se os limites estabelecidos no cronograma físico-financeiro;

4.2 - MEDIÇÃO: as medições serão mensais exceto em casos excepcionais, a critério da P.M.J, indicando a quantidade real dos serviços executados no mês e situação em que a obra se enquadra;

4.3 - LOCAL DA OBRA: a obra será realizada na rua Luiz Gonzaga Mendonça, município de Joinville, de acordo com a situação/localização do projeto executivo.

4.4 QUADRO DE QUANTIDADES

As quantidades apresentadas no orçamento são estimativas para efeito do valor global do contrato e do cronograma. A proposta vencedora será julgada pelo valor global, mas para medição dos serviços será considerado o preço unitário de cada item e a respectiva quantidade real executada. A proposta deverá ser formulada conforme itens do orçamento estimativo. Na proposta deverá ser incluída obrigatoriamente, a composição unitária de cada item respectivo, em atendimento a lei de licitações.



4.5 - A EMPRESA CONTRATADA RESPONSABILIZAR-SE-Á:

- a) Pelo fornecimento de todos os materiais, inclusive pedras, necessários à execução dos serviços, bem como o transporte dos mesmos até o local das obras;
- b) Pela mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- c) Pelo barraco de obras para guarda de materiais, ferramentas, etc;
- d) Pela instalação provisória de luz, água e sanitárias;
- e) Por quaisquer acidentes no trabalho na execução das obras e serviços contratados ou ainda, que resulte de caso fortuito e por qualquer causa, na destruição ou danificação da obra em construção até a entrega definitiva da mesma;
- f) Pela segurança individual de seus empregados e pelo emprego de equipamentos de proteção individual conforme Portaria Ministerial nº 3214 e anexos;
- g) Pelas placas sinalizando a obra, tapumes, proteções e escoramentos, onde se fizer necessário. Deverá ser solicitado Alvará de Execução de Obras em Vias Públicas na Unidade de Transportes e Vias Públicas, antes do início de qualquer serviço, onde a empresa receberá orientações quanto às normas de sinalização da PMJ;
- h) Pela solicitação da aprovação e liberação da fiscalização antes de iniciar qualquer concretagem de base de fundação, com antecedência suficiente para que a fiscalização tome as providências necessárias para a inspeção. Os serviços executados sem a observância desta exigência poderão ser rejeitados;
- i) Pelo possível e fácil acesso da fiscalização à frente de serviços;
- j) Pelo fornecimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da obra a ser executada e apresentar guia respectiva quitação do CREA;
- k) Pela garantia dos serviços executados, devendo estar em conformidade com a ABNT, legislação vigente e exigências da gestora/fiscalizadora do contrato.



4.6 - A PREFEITURA RESPONSABILIZAR-SE-Á:

a) Pelo fornecimento de projetos, croquis ou informações pertinentes aos aspectos de dimensionamento das obras;

b) Pelo fornecimento do alinhamento e cotas necessárias ao início dos serviços;

4.7 - A Prefeitura exercerá ampla fiscalização dos serviços contratados, o que, em nenhum momento eximirá a contratada das responsabilidades fixadas no Código Civil;

4.8 - A Prefeitura se reserva do direito de pedir a retirada de qualquer empregado, operário ou subordinado da contratada, que a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;

4.9 - É vedada à empreiteira executora pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a ser verificadas na proposta;

4.10 - Em caso de serviços executados que não atendam às exigências especificadas, a contratada deverá, por conta própria, remover e refazer os trabalhos, seguindo instruções da fiscalização e da maneira que esta determinar;

4.11 - Não serão admitidas propostas com pagamentos antecipados;

4.12 - O descumprimento sucessivo dos limites mínimos estabelecidos, a P.M.J. reserva-se o direito de rescindir o contrato sem ônus à mesma e sem possibilidade de qualquer reclamação;

4.13 - Nos casos omissos prevalecerão as determinações contidas na lei 8666 de 21/06/95; 8883/94; 9648/98;

4.14 – A gestão e fiscalização do contrato será de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA.

5 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

a) O MUNICÍPIO se responsabilizará pelo pagamento dos serviços resultantes de modificações sempre que devidamente autorizadas pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da lei nº 8.666/93;



Secretaria de Infraestrutura Urbana

- b) O pagamento será realizado somente após a comprovação de quitação mensal das obrigações trabalhistas e das relativas ao INSS e FGTS dos serviços e dos funcionários da Contratada envolvidos na parcela dos serviços executados, através da apresentação das guias respectivas;
- c) Os pagamentos serão efetuados em 30 dias após a apresentação das notas fiscais na Unidade de Contabilidade Geral/Secretaria da Fazenda, que deverá ocorrer sempre após a realização das medições pelo MUNICÍPIO;
- d) O pagamento será feito mensalmente com base na medição dos serviços prestados;
- e) O município de Joinville reterá 11% sobre o valor da nota fiscal referente aos serviços para fins de quitação das obrigações junto ao INSS, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 9.711/98, que determina o tomador de obras deverá fazer recolhimento junto ao INSS dos seus contratados. As guias quitadas junto ao INSS serão entregues a contratada mensalmente;
- f) O município de Joinville reterá o que corresponde ao ISS diretamente sobre o valor do contrato, de acordo com o que estabelece a Lei Complementar Municipal nº 169/04 e Decretos Municipais: nº 12.325 de 23/03/2005 e nº 12.368 de 20/04/2005.
- e) Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Eng. Aurélio Flenik
Gerente da Unidade de Obras

Eng. Emerson Luiz Pagani
Coord. Progr. de Constr./Manut. de Obras de Arte

Joinville, 06 de junho de 2014.